

Ata Nº. 67**Reunião ordinária pública de 23 de junho de 2016**

----- Aos **vinte e três dias do mês de junho do ano de dois mil e dezasseis**, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas **doze horas**, realizou-se a reunião ordinária pública da Câmara Municipal de Braga sob a Presidência do Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, com a presença dos Srs. Vereadores, Hugo Alexandre Polido Pires, Altino Bernardo Lemos Bessa, João Gilberto Dias Sousa, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Firmino José Rodrigues Marques, Palmira Maciel Fernandes da Costa, Miguel Sopas de Melo Bandeira, Alberto Carlos Carvalho de Almeida, Liliana Angélica Costa Matos Pereira e Lídia Brás Dias. A Sr^a. Vereadora Luisa Maria de Barros Figueiredo da Cruz, foi substituído nos termos dos artigos setenta e oito e setenta e nove, da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de janeiro. Verificada a presença de todos os membros, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião. Secretariou Miguel Pedro Pires Ribeiro Antunes Guimarães, Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva. De seguida, dispensada como está a leitura da ata da reunião anterior (**número sessenta e seis**), por deliberação tomada em reunião de vinte e oito de Outubro de dois mil e treze, passou-se à apreciação do expediente pela ordem seguinte: **RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA:** Para conhecimento é presente o diário da tesouraria respeitante ao dia **15 de junho**. **ISENÇÃO DE TAXAS MUNICIPAIS:** Submetem-se para apreciação do Executivo, nos termos do previsto no nº1 do art.º 41º do Regulamento Municipal de Taxas e Licenças

Municipais, os pedidos de isenção de taxas municipais constantes dos mapas que se anexam. **"Deliberado aprovar. Dar conhecimento à Assembleia Municipal".** **ACORDO DE COLABORAÇÃO – MUNICÍPIO DE BRAGA E FÁBRICA DA IGREJA DE S. VÍTOR E IRMANDADE DE NOSSA SENHORA-A-BRANCA:** Da Divisão de Gestão de Fundos Comunitários, submetendo o acordo de colaboração celebrado entre o Município de Braga e Fábrica da Igreja de S. Vítor e Irmandade de Nossa Senhora-A-Branca, que tem por objeto assistência técnica ao procedimento de candidatura e execução da operação "S. Vítor, Braga-Requalificação dos imóveis e dos percursos das festas pascais", no que diz respeito ao desenvolvimento das ações necessárias à sua concretização e no cumprimento dos objetivos definidos no Regulamento Específico Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (SEUR) do Portugal 2020. **"Deliberado aprovar".** **RELATÓRIOS TRIMESTRAIS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL/1º TRIMESTRE DE 2016-TUB-EMPRESA TRANSPORTES URBANOS DE BRAGA-EM E IB-AGÊNCIA PARA A DINAMIZAÇÃO ECONÓMICA, E.M:** São presentes os Relatórios Trimestrais de Execução Orçamental dos TUB-Empresa Transportes Urbanos de Braga-EM, e IB-Agência Para a Dinamização Económica, E.M., referentes ao 1º trimestre de 2016, cujos documentos que aqui se dão como reproduzidos e transcritos, vão ser arquivados em pasta anexa ao Livro de Atas, depois de rubricados por todos os membros presentes na reunião. **"Tomou-se conhecimento".** **ADENDA AO CONTRATO-PROGRAMA A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA E O TEATRO CIRCO DE BRAGA, EM, SA PARA O ANO DE 2016:** Submete-se à apreciação do Executivo com vista à aprovação da Assembleia Municipal a adenda ao contrato programa a celebrar entre o Município de Braga e o Teatro Circo de Braga EM,SA. O referido documento dá-se como reproduzido e transcrito e vai ser

arquivado em pasta anexa ao Livro de Atas depois de assinado por todos os membros presentes na reunião. **"Deliberado aprovar. Abstenção do PS. O Presidente da Câmara e a Vereadora Lúcia Dias não participaram da votação".** **CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS:** a)- Submete-se à consideração do Executivo com vista à aprovação da Assembleia Municipal o Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na **União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lameiras**, para a execução da obra denominada **"Águas soltas na Travessa Pascoal Fernandes - Trabalhos Complementares - Lameiras"**, no montante de **1.644,67 €**; b)- Submete-se à consideração do Executivo com vista à aprovação da Assembleia Municipal o Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na **Freguesia de Tadiça**, para a execução da obra denominada **"Drenagem por gravidade do Auditório da Sede da Junta de Tadiça"**, no montante de **17.172,00 €**, com IVA incluído; c)- Submete-se à consideração do Executivo com vista à aprovação da Assembleia Municipal o Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na **União das freguesias de Este (S. Pedro e S. Mamede)**, para a execução da obra denominada **"Reconstrução de muro na Rua da Granja"** no montante de **16.556,01 €**. d) Submete-se à consideração do Executivo com vista à aprovação da Assembleia Municipal o Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na **União das freguesias de Stª. Lucrecia de Algeriz e Navarra**, para a execução da obra denominada **"Alargamento de Curva - Rua do Castelão ou Monte - Stª. Lucrecia"**, no montante de **8.579,64 €**. e) Submete-se à consideração do Executivo com vista à aprovação da Assembleia Municipal o Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na **União das freguesias de Este (S. Pedro e S. Mamede)**, para a execução da obra denominada **"Rua do Tojal - Este**

S. Mamede)”, no montante de 68.085,53 €. f) Submete-se à consideração do Executivo com vista à aprovação da Assembleia Municipal o Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na **freguesia de Mire de Tibães**, para a execução da obra denominada **“Requalificação do Largo de Ruães – Mire de Tibães”**, no montante de **28.830,94 €**. **“Deliberado aprovar. Remeter à Assembleia Municipal”**. Por se tratar de matéria urgente o Sr. Presidente da Câmara solicitou a introdução de um novo ponto da ordem de trabalhos (Contrato Interadministrativo de delegação de competências na União das freguesias de Real, Dume e Semelhe para a utilização e gestão da Piscina Municipal das Parretas) não tendo merecido qualquer oposição. **“Deliberado aprovar. Remeter à Assembleia Municipal”**. **PROPOSTA RELATIVA À ATRIBUIÇÃO DE MEDALHAS AO ESTE FUTEBOL CLUBE E METRÓPOLE TALENTOSA-ASSOCIAÇÃO:** Da Sr^a Vereadora Sameiro Araújo submetendo à consideração do Executivo proposta relativa à atribuição de 500 medalhas ao Este Futebol Clube e 1050 à Metrópole Talentosa-Associação. **“Deliberado aprovar”**. **PROPOSTA DE REGULAMENTO DO CONCURSO “YOU START ME APP”:** Submete-se à aprovação do Executivo Municipal, nos termos e ao abrigo do disposto nas alíneas u) e ff) do nº 1 do artº 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a realização de um concurso por parte do município em parceria com a Investbraga, denominado “You Start Me App”, de acordo com as regras constantes no regulamento que se anexa. **“Deliberado aprovar”**. **ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS A VÁRIAS FREGUESIAS:** Submetem-se à apreciação do Executivo com vista à aprovação da Assembleia Municipal, as seguintes propostas de atribuição de apoios financeiros: **a) À Freguesia de Figueiredo**, no montante de **10.436,76 €**, destinado a apoiar a execução da obra “Pavimentação do Parque de Estacionamento – Campo Desportivo de Figueiredo”; **b) À União das**



Freguesias de Guisande e Oliveira S. Pedro, no montante **39.674,43 €**, destinado a apoiar a execução da obra do "Parque de Lazer, Recuperação e Revitalização do Moinho - Oliveira S. Pedro"; **c)- À Freguesia de Tadim**, no montante de **19.471,31 €**, destinado a apoiar a execução da obra "Sede da Junta de Tadim-Conclusão das Obras das Instalações Sanitárias do Auditório"; **d)- À União das freguesias de Real, Dume e Semelhe**, no valor de **10.895,95€** com **IVA**, destinado a apoiar a execução da obra "Requalificação da cobertura dos balneários - Real". **"Deliberado aprovar. Remeter à Assembleia Municipal".**

ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS: **a) - Da Sr^a. Vereadora da Área da Cultura**, submetendo à consideração do Executivo a proposta de atribuição de um subsídio à **Associação Cultural e Recreativa de Dume**, no valor de **500,00 €**, para comparticipar as despesas decorrentes com a 26^a edição do Festival de Folclore de Dume, a realizar dia 18 de junho de 2016; **b)- Da Sr^a Vereadora da Área do Desporto, Juventude, Saúde e Bem -Estar e Associativismo**, submetendo as seguintes propostas: - Proposta relativa à realização de um concurso de curtas-metragens-Mirrors, de acordo com o regulamento anexo, com o objetivo de estimular e fomentar a criação cinematográfica dos jovens dos países que constituem a OIJ (Organização Ibero Americana de Juventude) - atribuição de prémios; - Proposta para atribuição de um subsídio à **AAUM/RUM- Associação Académica da Universidade do Minho e a Rádio Universitária do Minho**, no montante de **16.400,00 €**, para apoiar as despesas inerentes à concretização de diversas atividades da CIAJ-Capital Ibero-Americana da Juventude- "RUM com Jazz" e "Livros com RUM". **"Deliberado aprovar". PROPOSTA - LISTA DE CANDIDATOS A JUIZES SOCIAIS DO TRIBUNAL DE MENORES DE BRAGA:** Submete-se à apreciação do Executivo com vista à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do D.L. nº 156/78, de 30 de junho, as

listas de candidatos a Juízes Sociais que intervirão nos casos de competência dos Tribunais de Menores. **"Deliberado aprovar. Remeter à Assembleia Municipal. Abstenção da CDU".** **TOPONÍMIA:** Submete-se à consideração do Executivo a proposta apresentada pela Sr^a Vereadora da Área da Cultura, relativa à atribuição de designação toponímica a uma artéria implantada na Freguesia de Adaúfe e parte na Freguesia de S. Victor: **RUA DO BAIRRO DAS SETE FONTES** (também conhecido por Bairro Sete Fontes) **Início** – Cruzamento da Rua Rafael Bordalo Pinheiro com a Rua Hélder Figueiredo; **Fim** – Sem saída, com ligação a um arruamento novo sem topónimo. **Artéria partilhada:** **Freguesia de S. Victor** – pertença administrativa: os dois primeiros prédios urbanos do lado direito da artéria, no sentido poente/nascente. **Freguesia de Adaúfe** – pertença administrativa: todos os restantes prédios urbanos. **"Deliberado aprovar". PROPOSTA – CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO DE BRAGA:** Submete-se à consideração do Executivo com vista a apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, a proposta do Código Regulamentar do Município de Braga, nos termos da alínea g), do nº. 1, do artº. 25º, do Anexo I, da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, cujo documento aqui se dá como reproduzido e transcrito e vai ser arquivado em pasta anexa ao Livro de Atas depois de rubricado por todos os membros presentes na reunião. **"Deliberado aprovar. Remeter à Assembleia Municipal. Abstenção do PS e CDU". PROPOSTA – CONTRATO DE COMODATO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA E UNIÃO DAS FREGUESIAS DE REAL, DUME E SEMELHE PARA INSTALAÇÃO DO CENTRO DE CONVÍVIO SÉNIOR DE SEMELHE NA ESCOLA EB1 DE SEMELHE:** Submete-se proposta relativa à celebração de um contrato de comodato, a celebrar entre o Município e a União das freguesias de Real, Dume e Semelhe, relativo ao prédio descrito na CRP de Braga sob o nº

645/Semelhe e inscrito na matriz urbana no artº 507º (Edifício Escolar), para instalação do Centro de Convívio Sénior de Semelhe. A referida proposta bem como o contrato de comodato faz parte integrante da minuta. **"Deliberado aprovar. Remeter à Assembleia Municipal".**

PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE

IMÓVEIS: Submete-se à apreciação do Executivo Municipal com vista a aprovação da Assembleia Municipal, a seguinte proposta da **FIXAÇÃO DA**

TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS, para o **ano de**

2017: Tendo em consideração a carga fiscal que onera os munícipes e

constrangimentos financeiros, mas também a importância deste imposto

para o financiamento e estratégia de gestão do Município de Braga, ao

abrigo do artigo 112º do Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis

(CIMI), na sua redação atualizada, proponho submeter à Assembleia

Municipal: I - Fixar, para o ano de 2017, a taxa do Imposto Municipal

sobre Imóveis, nos seguintes termos: - Prédios urbanos - 0,35% II —

Aplicar as seguintes majorações e minorações à taxa agora fixada, no

seguimento da aplicação dos Programas Estratégicos de Reabilitação

Urbana em vigor, elaborados pelo Município de Braga e aprovados pela

Assembleia Municipal de Braga e tendo em conta as alterações produzidas

ao respetivo regime jurídico e CIMI: 1 — Minoração em 20% da taxa para

edifícios reabilitados para habitação, nas respetivas áreas de reabilitação

urbanas, de acordo com o disposto no nº 6, do artigo 112º do CIMI,

incentivando assim a reabilitação urbana, a fixação de população e a

atração de novos residentes para aquelas áreas. 2 — Redução em 50%, a

prédios urbanos arrendados, cujos contratos tenham sido celebrados ao

abrigo do programa Encaixa-te ou semelhante, promovendo a

clusterização de atividades culturais e criativas e reforçando a polarização

comercial do Centro Histórico, conforme regulamento anexo e nos termos

previstos no nº. 7 do artº. 112º, sendo que esta redução pode ser

cumulativa com a prevista no nº. anterior; 3 — Majoração em 30% da taxa a aplicar a prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens, nos termos do disposto no nº. 8 do artigo 112º. do CIMI. 4 — Redução da taxa do imposto a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, atendendo ao número de dependentes que compõem o respetivo agregado familiar, de acordo com a tabela constante artº. 112ºA do CIMI, que aqui se reproduz:

Nº. de dependentes a cargo	Dedução fixa (em €)
2	40
3 ou mais	70

"Deliberado aprovar. Remeter à Assembleia Municipal. Abstenção da CDU". PROPOSTA DE LANÇAMENTO DE DERRAMA A COBRAR NO

ANO DE 2017: Submete-se à apreciação do Executivo Municipal com vista a aprovação da Assembleia Municipal, a seguinte proposta de Lançamento de Derrama a cobrar no ano de 2017: Considerando: - Que a Lei das Finanças Locais (Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro), na sua alínea c) do artigo 14º, consagra o produto da cobrança da derrama como uma das receitas municipais; - Que o Artigo 18º da mesma Lei define os termos do lançamento da derrama, de que se destaca: a) Que os municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama, até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título

17

principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território; b) Que a Assembleia Municipal pode, sob proposta da Câmara Municipal e nos termos do artº 16º, nº 2, conceder isenções totais ou parciais, relativamente a impostos e outros tributos próprios, fixando o âmbito da isenção. Propõe-se para aprovação e submissão à Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea ccc), do nº. 1, do artigo 33º e da alínea d), do nº. 1, do artigo 25º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei nº. 75/2013, de 12 de Setembro, para aprovação por este órgão deliberativo, ao abrigo da alínea b) do artigo 14º, do nº 2 do artigo 16º, e do artigo 18º. todos da Lei nº. 73/2013, de 03 de Setembro o seguinte: 1. O lançamento em 2017 de uma derrama nos seguintes moldes:

Escalão por volume de negócios	Taxa aplicável
De 0 até 150.000,00€	Isenção
Mais do que 150.000,00€	1,5%

"Deliberado aprovar. Remeter À Assembleia Municipal".

PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (IRS) – ANO DE 2017:

Submete-se à apreciação do Executivo Municipal com vista a aprovação da Assembleia Municipal, a seguinte proposta de participação variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) – ano de 2017: Considerando que: De acordo com a alínea f) do artº. 14º da Lei nº. 73/2013, de 03 de Setembro, constitui receita dos municípios o produto da participação nos recursos públicos, determinada nos termos do disposto nos arts. 25º e seguintes, da mesma Lei; Nos termos da alínea c) do n.º 1, do artº. 25º e do nº. 1, do artº. 26º, ambos da referida Lei, os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável, até 5%,

no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, participação essa calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no nº. 1, do artº. 78º. do Código do IRS; Nos termos do disposto na alínea ccc), do nº. 1, do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, aprovar e submeter à Assembleia Municipal para que este órgão, nos termos do disposto na alínea c), do nº. 1, do artº. 25º, da mesma lei e na alínea c), do nº. 1, do artº. 25º e nºs 1 e 2 do artº. 26º, ambos da Lei nº. 73/2013, de 03 de Setembro, com as respetivas alterações, aprove o percentual de 4,4 % relativo ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares para vigorar no ano de 2017. **"Deliberado aprovar. Remeter à Assembleia Municipal. Voto contra do PS e CDU".** **DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS – 2015 - (LEI 73/2013, Nº. 2, ARTº. 76º, DE 3 DE SETEMBRO):** Junto se remete para aprovação do Executivo Municipal e posterior apreciação da Assembleia Municipal, os documentos de prestação de contas consolidadas do Grupo Autárquico do Município de Braga de 2015, documento que aqui se dá como reproduzido e transcrito e vai ser arquivado em pasta anexa ao Livro de Atas depois de rubricado por todos os membros presentes na reunião. **"Deliberado aprovar. Abstenção do PS e CDU".** **PROPOSTA DE MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO DE 2016 – REVISÃO Nº 3:** Submete-se a proposta relativa à modificação ao orçamento de 2016- revisão nº3, que se anexa. **"Deliberado aprovar. Abstenção do PS e CDU. Remeter à Assembleia Municipal".** **PROPOSTA DE REGULAMENTO DE CONCESSÃO DE INCENTIVOS AO INVESTIMENTO:** Submete-se à consideração do Executivo, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, proposta de regulamento de concessão de incentivos ao investimento. A referida proposta de

regulamento dá-se como reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas de pois assinada e rubricada por todos os membros presentes. **"Deliberado aprovar. Remeter à Assembleia Municipal. Abstenção da CDU". PROPOSTA - CONTRATO DE DOAÇÃO DE UMA PARCELA DE TERRENO SITUADO NA RUA DO CLAMOR, FREGUESIA DE ESPINHO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA E A FREGUESIA DE ESPINHO:** Submete-se proposta relativa à celebração de um contrato de doação a celebrar entre o Município de Braga e a Freguesia de Espinho, relativo ao prédio descrito na CRP sob os nº 00099/Espinho e inscrito na matriz urbana no artº 363/Espinho, com a área de 650 m2, designada por EQ UM, situado na Rua do Clamor, freguesia de Espinho. A referida proposta bem como o contrato de doação faz parte integrante da minuta. **"Deliberado aprovar. Remeter à Assembleia à Municipal". PROPOSTA DAS MINUTAS DOS CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO E AS JUNTAS DE FREGUESIA INTERESSADAS PARA O FORNECIMENTO DAS REFEIÇÕES ESCOLARES ÀS CRIANÇAS DO PRÉ-ESCOLAR E AOS ALUNOS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO BEM COMO PARA AS ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR:** Da Srª Vereadora da Área da Educação submetendo à consideração do Executivo municipal proposta relativa aos contratos interadministrativos, que aqui se dá como reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao Livro de Atas depois de rubricada por todos os membros presentes. **"Deliberado aprovar. Voto contra da CDU. Remeter à Assembleia Municipal". PROPOSTA- DIREITO DE SUPERFÍCIE CONSTITUÍDO SOBRE PARTE DOS PRÉDIOS DESCRITOS NA CONSERVATÓRIA DO REGISTO PREDIAL DE BRAGA SOB OS NºS 1963 E 2063/NOGUEIRA A FAVOR DO CENTRO**

CULTURAL E SOCIAL DE SANTO ADRIÃO: Submete-se proposta de alteração das cláusulas 1ª e 3ª relativas ao direito de superfície constituído a favor do Centro Cultural e Social de Santo Adrião (parte dos prédios descritos na CRP sob os nºs 1963 e 2063/Nogueira, em Braga), proposta essa que se anexa. **"Deliberado aprovar".**

PROPOSTA PARA ADESÃO À DISTINÇÃO "EUROPEAN LABEL OF GOVERNANCE EXCELLENCE": Submete-se para apreciação do Executivo, com vista à Assembleia Municipal, proposta para adesão à distinção **"EUROPEAN LABEL OF GOVERNANCE EXCELLENCE"**. Anexa-se apresentação enviada pela Direção-Geral das Autarquias Locais. A referida proposta dá-se como reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas depois assinada e rubricada por todos os membros presentes. **"Deliberado aprovar".**

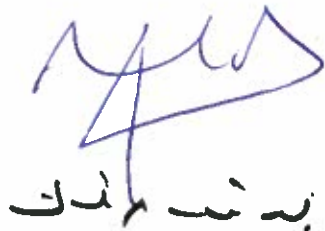
ALTERAÇÃO DOS JÚRIS DOS PROCEDIMENTOS CONCURSAIS: Submete-se à consideração do Executivo, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, despacho relativo à alteração dos júris dos procedimentos concursais, despacho esse que se anexa. **"Deliberado aprovar. Remeter à Assembleia Municipal. Abstenção da CDU e PS".**

VOTO DE CENSURA - Os vereadores do Partido Socialista não podem ficar indiferentes às notícias vindas a público, nos últimos dias, acerca do valor do erário público gasto na remodelação do gabinete do Sr Presidente da Câmara Municipal de Braga. Percebemos e concordamos com a necessidade de uma intervenção de fundo que possa adequar o espaço em causa à dignidade que o cargo de Presidente da Câmara de uma autarquia como Braga exige. Achamos é que despende 76 mil euros em decoração de duas salas é um ultraje nos dias que correm. Mais reprovável se torna, se nos lembrarmos que a atual maioria (PSD-CDS/PP) reprovou algumas propostas do Partido Socialista com o argumento de que não existiam meios financeiros para tal. Exemplo disso, foi a justificação do chumbo da

proposta "Academia de Verão", apresentada pelo PS há cerca de dois anos, para assegurar as refeições de crianças carenciadas em período de férias letivas. Passaram dois anos, mas acima de tudo passaram três períodos de férias de Natal, dois períodos de férias de Páscoa e dois de férias de verão em que as crianças carenciadas de Braga não tiveram apoio. Posto isto, os vereadores do Partido Socialista, vêm demonstrar publicamente a sua censura ao ato praticado pelo Presidente da Câmara Ricardo Rio. Os Vereadores do Partido Socialista, Braga, 13 de Junho de 2016. **"Deliberado rejeitar. Votos favoráveis do PS e CDU". OUTROS ASSUNTOS:** O Sr. Presidente da Câmara reagindo à apresentação do voto de censura do PS, contrapôs que "a proposta do PS não fora rejeitada por falta de verba mas sim por prever a atribuição de tal benefício a todos os alunos e não apenas aos mais carenciados e por não ter acautelado a sua operacionalização no terreno". Por sua vez, o valor da remodelação do seu gabinete "não é manifestamente exagerado tendo em conta a natureza patrimonial do edifício, a degradação e perda de dignidade do espaço e o investimento realizado em mobiliário e material de conservação no gabinete e área de acolhimento", sendo que a intervenção está a ser realizada em todo o edifício municipal. Finalmente, congratulou-se pela preocupação expressa com o rigor na gestão de recursos públicos e o combate ao seu esbanjamento, lamentando que o mesmo não tivesse sucedido quando a Câmara gastou "nove milhões de euros em piscinas olímpicas inacabadas, quando desperdiçou três milhões de euros para a aquisição de um imóvel com um projeto forçado só para fazer o frete a interesses particulares, quando renovou uma escola por duzentos mil euros para a ver fechar no mês seguinte ou quando se deu o pagamento de horas extraordinárias a funcionários municipais para irem buscar jornais ao fim de semana". A Sr^a. Vereadora Palmira Maciel criticou também a reação do Sr. Presidente, ao voto de censura, acusando-o de

dizer “uma série de mentiras”. Para o Sr. Presidente da Câmara, o voto de censura apresentado pelo PS não passou de “um claro oportunismo porque não há fundamento para censurar este investimento”. O Vereador Hugo Pires indignou-se com as declarações do Presidente que considerou serem um ataque pessoal aos Vereadores do PS, ao que o Presidente contrapôs que “preza o valor da coerência e que nesta matéria do esbanjamento dos recursos públicos quem tem telhados de vidro não pode atirar pedradas”. O Vereador da CDU, Carlos Almeida, justificou a concordância com o voto de censura do PS, já que o valor gasto “é excessivo”. A Sr^a. Vereadora Liliana Pereira foi questionou sobre o andamento do processo relativo à residência das vítimas de violência doméstica, tendo o Vice-Presidente informado que está em fase de conclusão, estando a ser feitas parcerias com outras instituições, indo fazer parte da equipa multidisciplinar a Associação de S. José de Barcelos. Vai ter uma valência de residência de passagem, com apoio a nível nacional. Até final do ano fica concluída. O Sr. Vereador Carlos Almeida questionou quais os motivos do arrastar da transferência dos bombeiros para o Novo Quartel, e qual a razão de os mesmos não usarem as fardas novas, pois na inauguração usaram-nas. Foi dito pelo Vice-Presidente que o processo de deslocalização está para muito breve (previsto para o próximo mês de julho). Explicou que vão ser fornecidas duas fardas por bombeiro, que ainda estão por entregar na totalidade. Questionou ainda sobre a forma como a autarquia vai adequar os seus serviços à entrada em vigor das 35 horas semanais, pois neste momento cumprem 40 horas semanais. O Sr. Presidente da Câmara informou que vai cumprir a lei. O Sr. Vereador Carlos Almeida questionou sobre a obra da escola EB1 de S. Vitor, tendo a Sr^a. Vereadora Lúcia Dias informado que a mesma vai ser levada a concurso em 2016. Questionou ainda sobre se a carta desportiva apresentada no início do mandato está em vigor, tendo a Sr^a. Vereadora

Sameiro Araújo informado que foi feita uma atualização, que irá ser apresentada em papel. Relativamente à intervenção efetuada a nível de trânsito na Rua D. Pedro V, freguesia de Braga (S. Vitor), questionou se o estacionamento foi reduzido ou aumentado. Tendo o Vice-Presidente esclarecido que houve um reajustamento no estacionamento a fim de evitar constrangimento dos transportes públicos e foram aumentadas as zonas de cargas e descargas. O Sr. Vereador Miguel Bandeira informou que vai ser feita uma intervenção sistémica nos pontos negros da cidade de Braga. **APROVAÇÃO EM MINUTA:** Deliberado por unanimidade aprovar a presente ata em minuta nos termos do número três do artigo cinquenta e sete Anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro, para surtir efeitos imediatos. **ENCERRAMENTO:** Às treze horas e trinta minutos e como não houvesse mais nada a tratar, foi pelo Excelentíssimo Sr. Presidente encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser devidamente assinada pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal e por mim, Miguel Pedro Pires Ribeiro Antunes Guimarães, Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva.



Handwritten signature in blue ink, likely of Miguel Pedro Pires Ribeiro Antunes Guimarães, followed by the text "Miguel Pedro Pires Ribeiro Antunes Guimarães" written in black ink.

